

Banqueiros querem expansão

O presidente da Associação dos Bancos Comerciais Estaduais (Asbace), Oswaldo Garcia de Araújo, defendeu ontem o fim dos limites de expansão do crédito também para os bancos estaduais — e não apenas para a rede bancária privada, como vem sendo anunciado dentro do conjunto de medidas a ser encaminhado ao Conselho Monetário Nacional (CMN) na próxima semana — sob pena de aumentar ainda mais as restrições às instituições de financeiras ligadas aos governos dos Estados e do Distrito Federal.

“Seria mais um golpe discriminatório contra os bancos estaduais”, disse Araújo, que é presidente também do Banco Regional de Brasília (BRB), ao se referir às versões que têm sido divulgadas sobre o “pacote” econômico em gestação no governo. Ele fez questão de ressaltar que ainda não se sabe exatamente quais os pontos que ficarão e quais serão retirados da proposta ao CMN, lembrando que em contato com o escalão federal foi informado que a demora em adotar as medidas se deve “não à falta de consenso, mas sim à falta de convicção” sobre os resultados.

BANCOS

O presidente da Asbace manifestou também posição favorável à entrada de mais agências de bancos estrangeiros no mercado financeiro brasileiro — ao contrário do que defende Roberto Bornhausen, presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) — por entender que “é muito difícil fazer reserva de mercado na área de bancos” e por acreditar nas “leis de mercado para regular a economia”. Esta possível abertura vem sendo prevista como um das consequências da negociação da dívida externa brasileira.

O detalhe importante, na opinião de Araújo, não é restringir a entrada dos bancos, mas sim “estabelecer as condições sob as quais o capital de fora pode operar, com normas adequadas de controle das remessas ao exterior ou mesmo obrigatoriedade de direcionar parte dos depósitos para atividades específicas como o crédito rural”. Ele acredita que não há motivos para excluir os bancos estrangeiros da obrigatoriedade de aplicação em crédito rural “e das mesmas exigências a que estão sujeitos os bancos brasileiros oficiais”.

Dentro do mesmo princípio — “o que serve para o banco estatal deve

servir também para o banco privado nacional e para o estrangeiro operando no País” — Oswaldo Araújo pretende defender na próxima terça-feira, no Rio, em reunião da diretoria da Asbace, a necessidade de um posicionamento dos bancos estaduais frente às medidas que estão em preparação, “para evitar a repetição de situações anteriores, em que outras medidas já foram colocadas em prática em prejuízo das instituições financeiras estaduais e do Distrito Federal”.

LIMITES

O presidente da Asbace disse ser a favor também da manutenção do tratamento diferenciado para as pequenas e médias empresas, que devem continuar com taxas de juros favorecidas, recordando que há poucos dias ouviu do ministro Hélio Beltrão, da Previdência Social e Desburocratização, que de cada cem pequenas empresas que surgem no País, apenas cinco sobrevivem — devido, em grande parte as dificuldades causadas pelo custo financeiro. “Elevar as taxas dos empréstimos para as pequenas e médias empresas seria inoportuno” — opinou.

Sobre os efeitos do próximo pacote, Araújo lembra que não é tecnicamente difícil baixar a inflação de patamares em torno de 120%, por exemplo, para 90% ou mesmo 70%. “O difícil não é a redução inicial, mas a continuidade do processo de contenção da inflação” — afirmou, reconhecendo que enquanto a inflação estiver sendo realimentada, não seria uma simples revisão de metas do orçamento monetário que iria garantir resultados definitivos. “Aqui mesmo no BRB já fizemos duas ou três revisões orçamentárias este ano, mas vimos que é perda de tempo” — explicou.

Sobre a liberação do crédito na rede bancária, que estaria em preparo no Banco Central, Araújo disse não saber “até onde e fim dos limites apenas para os bancos privados vai dar resultados em termos de reduzir o custo do dinheiro”. Exemplo deste tipo de dificuldade foi o esforço que os bancos estaduais fizeram há algumas semanas para reduzir voluntariamente suas taxas de juros em todo o País mas, segundo Araújo, ficou faltando a “adesão dos bancos privados, tanto é que alguns destes até mesmo aumentaram ainda mais suas taxas”.